



24º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

MARIAS E MEMÓRIA: PERFIL DAS PIONEIRAS NA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

MARIA AND MEMORY: PROFILE OF THE PIONEERS IN THE MILITARY POLICE OF ALAGOAS

Fernanda da Silva Alves Calheiros – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Magnólia Rejane Andrade dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este estudo analisa a memória da representatividade das mulheres e sua presença no meio militar, com foco na Polícia Militar de Alagoas. À luz da Ciência da Informação e dos autores Halbwachs, Nora e Le Goff, a pesquisa explora a trajetória histórica e traça o perfil da primeira turma de soldados femininas da corporação. A metodologia envolve a análise dos dados do arquivo funcional da PM, evidenciando a evolução e o impacto das pioneiras. A análise discute a importância da inclusão e os avanços na representatividade de gênero no ambiente militar.

Palavras-chave: memória; representatividade de gênero, mulher; Polícia Militar de Alagoas.

Abstract: This study examines women's representation and their presence in the military, focusing on the Military Police of Alagoas. Drawing on Information Science and the works of Halbwachs, Nora, and Le Goff, the research traces the historical trajectory and profiles the first group of female soldiers in the organization. The methodology involves analyzing data from the PM's functional archive, highlighting the evolution and impact of these pioneers. The analysis emphasizes the importance of inclusion and advances in gender representation within the military environment.

Keywords: memory; gender representation; woman; Military Police of Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Quem visita a Praça dos Três Poderes, em Brasília, no Distrito Federal, avista o memorial cívico chamado Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. O monumento abriga o Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria, com os nomes de 51 homens e 13 mulheres gravados em metal. O título heroico é concedido a personalidades que desempenharam papéis fundamentais na defesa ou construção do país, como é o caso de

Maria Quitéria de Jesus Medeiros¹.

Disfarçada de homem, Maria Quitéria lutou bravamente ao lado dos patriotas. Nascida em Feira de Santana, Bahia, em 27 de julho de 1792, e falecida em 21 de agosto de 1853, foi a primeira mulher militar no Brasil. Em 1990, seu nome foi homenageado na primeira turma de soldados mulheres da Polícia Militar de Alagoas (PMAL).

Assim como Maria Quitéria, as integrantes do Curso de Formação de Soldados Femininas da PMAL (CFSd Fem) foram pioneiras em 1989, rompendo com a tradição masculina da instituição. É notável que 16 das 35 pioneiras têm Maria no nome. Este trabalho se propõe a explorar a memória e traçar o perfil dessa turma utilizando dados dos arquivos da Diretoria de Pessoal (DP) e da Diretoria de Proteção Social (DPS) da PMAL². Parte de uma dissertação de mestrado, o estudo visa identificar essas pioneiras e analisar seu impacto histórico. Em alinhamento com a abordagem de Le Goff (2023), a pesquisa destaca a importância da investigação da memória social para compreender como os desafios do tempo e da história podem se manifestar ora em retraimento, ora em transbordamento.

O mesmo cientista considera que “a constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história” (Le Goff, 2023, p. 6). Diante disso, questiona-se: como o arquivo funcional da Polícia Militar de Alagoas contribui para preservar a memória e analisar a trajetória das primeiras policiais femininas, assim como sua representatividade de gênero no meio militar? Este estudo tem como objetivo principal explorar a memória da chegada dessas pioneiras à PMAL, por meio da análise e mapeamento de documentos. Os objetivos específicos incluem conhecer o perfil dessas policiais, investigar a contribuição do arquivo funcional para essa memória e identificar as principais fontes documentais que constroem a memória institucional.

Neste resumo expandido, assim como na pesquisa geral, foram adotados os termos da hierarquia militar conforme a Lei nº 7.656, de 10 de setembro de 2014. A nomenclatura de postos e graduações (excetuando-se o artigo “o” ou “a” que a antecede,) não flexiona o gênero, ficando, portanto, subentendido “posto de” ou “graduação de” soldado, cabo, sargento e assim sucessivamente.

¹ A Lei 13.697 de 2018 instituiu Maria Quitéria como heroína da guerra pela Independência do Brasil.

² DP e DPS são os setores responsáveis pelos integrantes ativos e inativos da polícia, respectivamente.

2 DESENVOLVIMENTO

Roger Chartier (2010) discorre que os historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais do que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado. Segundo o teórico, as obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória coletiva ou individual conferem uma presença ao passado, às vezes até mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história. Os registros em livros, documentários e outras fontes sobre a chegada das mulheres na PM de Alagoas são escassos.

Voltando a Le Goff (2003), o autor afirma que documentos escritos, ao se tornarem testemunhos, transcendem o tempo das testemunhas oculares e auriculares, superando as limitações da transmissão oral. A memória é apresentada como um fenômeno subjetivo e coletivo, social e culturalmente construído a partir de experiências, narrativas e símbolos. Por ser subjetiva, lida com lembrança e esquecimento, gerando interpretações emotivas e ideológicas sobre o passado. Essa ideia converge com a noção de que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 2007, p. 39).

O estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando pesquisa bibliográfica e participante, análise de conteúdo e pesquisa documental. Foram examinados arquivos físicos e digitais, incluindo fichas funcionais, Boletins Ostensivos Gerais (BGO), jornais, Diários Oficiais, legislações e arquivos pessoais. Também foram considerados relatos de indivíduos que vivenciaram a construção da memória coletiva. Em sequência, é primordial observar como se deu a chegada das mulheres nas instituições militares no Brasil e em Alagoas, refletindo sobre a evolução e os marcos dessa trajetória.

2.1 A chegada da mulher aos quartéis no Brasil e em Alagoas

As primeiras forças de segurança pública no Brasil surgiram no século XIX, mas a participação institucionalizada das mulheres ocorreu apenas cerca de um século e meio depois. A ampliação desse acesso deu-se na década de 1980. No entanto, o primeiro indício significativo apareceu antes, em 1955, em São Paulo, com a criação do Corpo de Policiamento Feminino, composto pelo grupo conhecido como “as 13 mais corajosas de 1955” (Brasil, 2013, p. 17).

O Paraná foi a segunda unidade federativa a incorporar mulheres em suas PMs, em 1978. Em 1982, foi a vez do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Maranhão, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará. Em 1983, Pernambuco, Santa Catarina, o Distrito Federal, o Espírito Santo e Rondônia também incluíram mulheres em suas forças. Em 1985, Acre e Piauí adotaram a mesma medida. Em 1986, Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins seguiram esse exemplo. A inclusão de mulheres na PM da Paraíba e do Rio Grande do Norte ocorreu em 1987, e em Alagoas, em 1988. Em 1989, Sergipe e Amapá passaram a contar com mulheres em suas fileiras, enquanto a Bahia fez o mesmo em 1990. Nos anos seguintes, a participação das mulheres nas PMs avançou para o Ceará, em 1994, e finalmente Roraima, em 2000³.

Em tese, a incorporação de mulheres nas polícias teve propósitos e consequências em comum. “A inclusão de mulheres teve como objetivo a ‘humanização’ de setores das corporações policiais, visando melhorar a imagem da polícia, aproximá-la da população e oferecer atendimento adequado à população vulnerável – mulheres, crianças, idosos, entre outros” (Brasil, 2013, p. 17). As Forças Armadas Brasileiras – Marinha, Força Aérea e Exército – também passaram a admitir mulheres em suas fileiras, o que ocorreu entre o início e o final da década de 1980.⁴

2.1.3 A mulher e seu espaço na PM alagoana

A data oficial de criação da PMAL é 3 de fevereiro de 1832. Recém-emancipada politicamente de Pernambuco, Alagoas estruturava suas instituições, incluindo a força pública de segurança. Somente em 1987 foi instituído o marco regulamentar que dispunha sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas, com a Lei nº 4.877, de 13 de janeiro daquele ano. Assinado pelo então governador José Tavares, o texto estabeleceu a previsão de mulheres na PMAL e foi publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 14 de janeiro daquele ano.

Os critérios eram: ser voluntária, brasileira, ter idade entre 18 e 25 anos, possuir idoneidade moral, sanidade física e mental, e altura mínima de 1,60 m; ser solteira, viúva,

³ A sequência listada baseia-se em informações da autora desta pesquisa acrescidas de dados extraídos do estudo “Mulheres nas instituições de segurança pública” (SENASP, 2013, p. 15).

⁴ A Marinha foi a primeira das forças nacionais a institucionalizar a participação feminina em seu quadro a partir do ano de 1980 com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (Guimarães *et al.* 2019, p. 6). Já Zucatto (2018, p. 47) tece que em 1982 a Força Aérea criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e apenas em 1989 o Exército passou a admitir mulheres no recém-criado Quadro Complementar de Oficiais.

desquitada ou divorciada, não ter filhos nem estar grávida. Assim, mulheres casadas e mães seriam automaticamente excluídas. As candidatas deveriam possuir certificado de conclusão do primeiro grau ou equivalente (para soldado), e de segundo grau ou equivalente (para sargento ou oficial); ser aprovadas e classificadas nos exames seletivos adotados; estar quite com as obrigações eleitorais; não ter sido condenada e não estar *sub judice* na Justiça Civil; e não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

O Diário Oficial de Alagoas, datado de 5 de agosto de 1989, publicou os editais nº 06/89-DP e nº 07/89-DP, referentes à abertura de concursos públicos para soldados e sargentos, respectivamente. O edital nº 06/89-DP oferecia 30 vagas, enquanto o nº 07/89-DP disponibilizava cinco vagas. Ambas as publicações foram assinadas pelo diretor de Pessoal da PM à época, coronel José Nelson de Menezes, e emitidas pela Seção de Recrutamento da DP.

Três oficiais, entretanto, já haviam ingressado na PMAL em janeiro de 1988. Como em Alagoas ainda não havia Academia de Polícia, elas foram enviadas para formação em instituições coirmãs (Pernambuco e Minas Gerais). O contingente das oficiais que retornaria do período de formação fora do estado, juntamente com as soldados e sargentos, seria designado posteriormente para compor a Companhia de Polícia Feminina Independente (Cia PM Fem/Ind), uma subunidade formada exclusivamente por mulheres.

Os anos passaram, concursos de turmas mistas foram realizados e o quantitativo de mulheres foi ampliado. Em abril de 2024, o sistema de recursos humanos da PM de Alagoas contabilizava a presença de 1.303 policiais femininas no serviço ativo, – dentre elas, a autora do presente estudo. Nos números do Sistema de Recursos Humanos da PM de Alagoas no mês de abril, num universo de 7.722 policiais militares ativos, a corporação somava 6.419 homens. Ou seja, as mulheres correspondiam a 16,87% da tropa.

Constatou-se que a quase totalidade das 33 integrantes da Turma Maria Quitéria está na inatividade, uma faleceu, havendo uma única representante no serviço ativo. Esta, em abril de 2024, encontrava-se na condição de 2º tenente do Quadro de Oficiais da Administração (QOA). O dia 28 de novembro de 1989, que marca a chegada das soldados voluntárias, virou efeméride no calendário alagoano, tornando-se o Dia da Policial Militar

Feminina de Alagoas⁵. Os detalhes referentes a esta turma serão aprofundados na subseção a seguir.

2.2 Breve perfil da turma pioneira da PMAL a partir dos dados do arquivo

O arquivo da PM foi a principal fonte para a elaboração desse perfil, utilizando tanto as fichas físicas sob a tutela da DPS e da DPS quanto as fichas eletrônicas da Central de Sistemas, no campo de Recursos Humanos (RH). A análise dos dados permitiu levantar, organizar e traçar um perfil geral das pioneiras do CFSd Fem, desde o ingresso até os dias atuais, considerando os seguintes aspectos: escolaridade, estado civil, idade na época de incorporação, cor/raça/etnia, naturalidade, graduações e patentes alcançadas na carreira, além da condição atual.

Pode-se afirmar categoricamente que a turma Maria Quitéria da PM alagoana é uma turma de Marias. 45,71% das componentes carregavam Maria no nome: Ana Maria, Cláudia Maria, Márcia Maria, Maria Adriana, Maria Anunciada, Maria Cícera, Maria Cristina, Maria da Conceição, Maria de Fátima, Maria Jocélia, Maria José André, Maria José de Melo, Maria Sinelma, Maria do Socorro, Maria Vânia e Sônia Maria.

Figura 1 – 21 representantes da Turma Maria Quitéria de Jesus



Fonte: Acervo Pessoal.

A figura acima apresenta parte do grupo referencial, destacando 21 das 35 integrantes. A análise realizada no estudo oferece uma visão geral detalhada da constituição

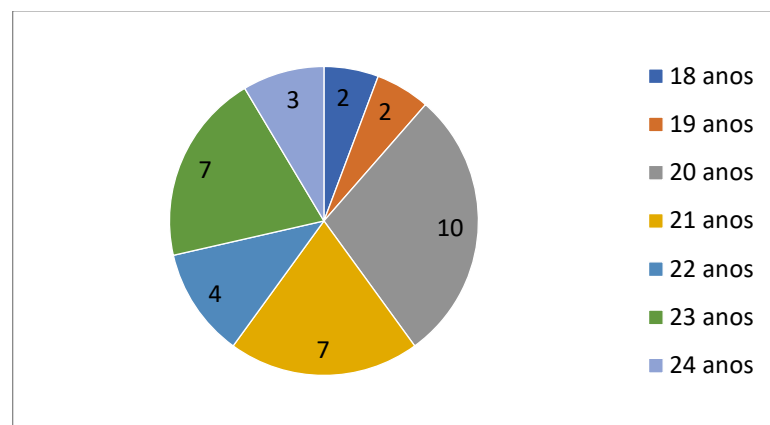
⁵ A data comemorativa foi instituída por força da Lei estadual nº 8.118, de 21 de junho de 2019.

da turma com base nos parâmetros selecionados. No primeiro quesito do perfil, escolaridade, observou-se que, na época da incorporação, 30 das integrantes possuíam o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), uma tinha apenas o Ensino Fundamental (antigo Primeiro Grau) e uma possuía o Ensino Superior. Em dois casos, não foi possível identificar o grau de instrução devido à ausência dessa informação nas fichas.

Quanto ao estado civil, todas se apresentaram como solteiras. No que tange à cor/raça/etnia, o levantamento das fichas das voluntárias apresentou as seguintes categorias: 11 brancas, uma parda e uma parda clara. Além disso, 19 foram classificadas como morenas, sendo quatro morenas escuras, cinco morenas claras e 10 apenas como morenas. Para três delas, não foi possível identificar a cor/raça/etnia devido à falta dessa informação nas fichas físicas e do RH.

A faixa etária das pioneiras em novembro de 1989 variava entre 18 e 24 anos, conforme o quadro abaixo ilustra. A mais jovem nasceu em 5 de abril de 1971 e a mais velha em 9 de janeiro de 1965. Entre elas, duas tinham 18 anos, duas 19 anos, 10 tinham 20 anos, sete tinham 21 anos, quatro tinham 22 anos, sete tinham 23 anos e quatro tinham 24 anos. A idade média da turma foi calculada em 21 anos e dois meses.

Gráfico 1 – Pioneiras por idade



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

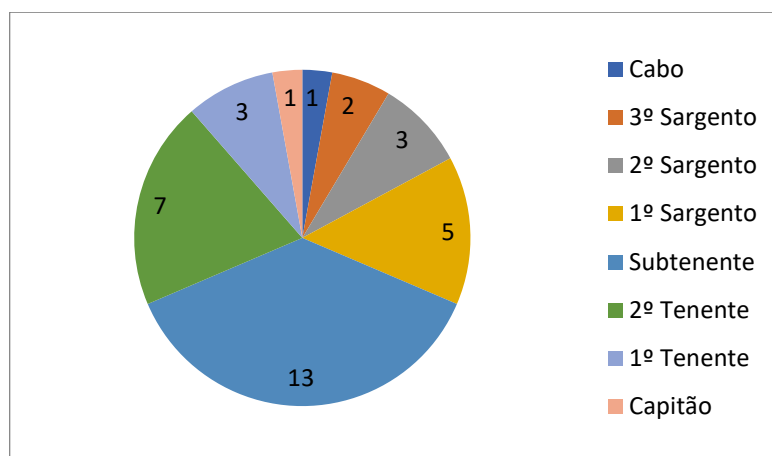
Em síntese, a primeira turma CFSd Fem foi composta, em sua maioria, por mulheres identificadas como morenas, equivalendo a 54.55% da turma. É curioso observar que nenhuma ficha identifique integrantes como preta ou mesmo negra, amarela ou indígena. A identificação cabia à Diretoria de Pessoal da PM. Nas fotografias, contudo, é possível identificar visualmente a presença de mulheres negras.

Quanto à origem, a predominância é alagoana. No quesito naturalidade, 21 declararam-se nascidas na capital, Maceió. Cinco nasceram em Pilar, município da Região Metropolitana de Maceió. Outras sete, de municípios do interior: Rio Largo, Jundiá, Cacimbinhas, Penedo, Piaçabuçu e Santana do Ipanema. Na ficha de uma está identificada a naturalidade de Recife, Pernambuco. Em uma delas a informação de naturalidade não está disponível, não sendo possível mensurar.

Cada uma conquistou o direito de ostentar novas divisas e até insígnias (indicativos de patentes) em seus uniformes, o que, gradualmente, também representou um aumento de proventos financeiros e melhoria de salário. Em escala ascendente entre os graus hierárquicos, apenas uma chegou apenas à graduação de cabo, que é a primeira acima de soldado. Duas alcançaram a graduação de 3º sargento, três a 2º sargento e cinco chegaram a 1º sargento antes de ingressarem na inatividade.

13 das pioneiras alcançaram o título de subtenente, o último grau no quadro de praças, também chamado de praça especial. Dez delas chegaram ao oficialato: sendo sete como 2º tenente, três como 1º tenente e uma ao posto de capitão. Em abril de 2024 somente uma delas, 2º tenente, permanecia no serviço ativo, 23 estão na condição de reserva remunerada e 11 na condição de reforma (incluindo a militar falecida).

Gráfico 2 – Graduações e patentes alcançadas pelas pioneiras



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pode-se ratificar que “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (Nora, 1993, p. 9). O

estudioso francês argumenta que a memória é vivida por grupos em constante evolução, inconsciente de suas deformações sucessivas e sujeita a diversos usos e manipulações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as fichas não contenham todos os dados completos, as informações disponíveis possibilitaram a elaboração de um perfil geral da turma pioneira. É inegável que a história desse grupo ainda é escassamente documentada, e os resultados da pesquisa permanecem parciais. No entanto, mesmo em fase de desenvolvimento, a investigação já produziu resultados relevantes, revelados por meio da análise de arquivos. Conforme argumenta Bosi (2007), a memória funciona como um vasto repositório, onde apenas fragmentos são registrados. Nesse contexto, e ancorada na Ciência da Informação, esta pesquisa busca ampliar o debate sobre o tema sob a perspectiva de gênero.

A Polícia Militar de Alagoas, com quase um século e meio de existência, que até então possuía um quadro funcional exclusivamente masculino, recebeu seu primeiro grande contingente de mulheres no final da década de 1980. Após mais de três décadas e meia, essa data se tornou um marco comemorativo é o Dia da Policial Militar de Alagoas. Vale destacar que esta pesquisa identificou um equívoco na Lei nº 8.118/2019: a data mencionada não se refere à formatura, como indicado no texto legal, mas à incorporação das voluntárias, conforme confirmado pela consulta ao BGO. A formatura, de fato, ocorreu em 21 de junho de 1990, e a promoção a soldados foi formalizada no BGO de 06 de junho, com vigência a partir do dia 03 do mesmo mês.

Apesar das persistentes barreiras de gênero, os avanços são notáveis. O número de mulheres, que inicialmente era de apenas 50 – sendo 35 soldados, 12 sargentos e 3 oficiais – cresceu para 1.303 no serviço ativo, com presença em todos os quadros, patentes e graduações. Parte da trajetória das pioneiras que desbravaram o caminho e romperam com a hegemonia masculina está documentada neste resumo expandido, mas há ainda muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 4877, 13 de janeiro de 1987. Dispõe sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Maceió, p. 11, 14 jan. 1987.

ALAGOAS. **Lei nº 7.656, 10 de setembro de 2018**. Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas acesso na hierarquia militar e dá outras providências. 2018. Disponível em: file:///C:/users/55829/downloads/pmal%20-%20%20-%20lei_n__7.656,_de_10_de_setembro_de_2014_-_lei_de_promo%c3%87%c3%83o.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

ALAGOAS. Lei nº 8.118, 21 de junho de 2019. Institui o dia da policial militar feminina do Estado de Alagoas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Suplemento. Maceió, p. 1, 25 jun. 2019.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Maceió, p. 6-7, 5 ago. 1989.

AMÂNCIO FILHO, J. **Fatos para uma história da Polícia Militar de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1976.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Agência Senado. Polícias militares têm origem no século 19. **Senado Notícias**. Brasília, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.697, 26 de julho de 2018**. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**. Brasília: SENASP, 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2308/1/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. Reportagem: Joás Benjamin (sob supervisão de Paola Lima). **Senado Federal**. Brasília: Agência Senado, 5 abr. 2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>. Acesso em: 8 jun. 2023.

COSTA, C. **História das Alagoas**. Maceió, Sergasa, 1983.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. O. Mulheres e vida militar. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, p. 145-165, out. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OSORIO, R.G. **O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.
Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958?mode=full>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SOUZA, M. S. **“Sou policial, mas sou mulher”**: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TELES, S. J. **Briosa**: a história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.